



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2013

JORNAL DA CIDADE

JARDIM CENTENÁRIO

Escolas estão com registros irregulares

Representantes de cinco escolas do conjunto Jardim Centenário, Rem Aracaju, participaram de uma audiência no Ministério Público Estadual (MPE) na manhã de ontem por conta de irregularidades nos registros dos estabelecimentos de ensino. “O MP recebeu informações de que escolas estariam funcionando no conjunto Jardim Centenário sem o devido registro junto aos órgãos competentes de fiscalização. Foi instaurado procedimento para averiguar essa situação e hoje fizemos audiência com algumas escolas”, declarou o promotor de Justiça, Claudio Roberto, da Promotoria de Educação, ao acrescentar que foi detectado que essas escolas oferecem o Ensino Infantil (creche à Pré-escola) e também o Ensino Fundamental até o 5º ano, com apenas um registro junto ao Conselho Estadual de Educação.

“Quando a escola oferece Ensino Infantil, o seu registro tem que ser feito junto ao Conselho Municipal porque a LDB – Lei de Diretrizes e Bases - faz essa distinção. Ou seja, Educação Infantil deve ser responsabilidade do Município e o Ensino Fundamental é do Estado”, explicou. Claudio Roberto concedeu um prazo de cinco dias para que as escolas enviem ao MP o ato autorizativo das unidades de ensino. “Para que a gente possa analisar junto aos Conselhos esse procedimento a fim de que as escolas que oferecem dois tipos de Educação, tenham os dois tipos de registros. Foi uma reunião basicamente para aferir a questão da regularidade das escolas junto aos conselhos”, frisou.

O promotor de Justiça informou ainda que mais escolas do conjunto Jardim Centenário participarão dessa audiência. “No relatório que recebemos inicialmente, das diligências que pedimos ao Conselho Municipal de Educação, foi dito que algumas escolas já estariam fechadas. Porém, a gente tomou conhecimento hoje de que algumas escolas não estão fechadas. Então a gente vai novamente oficializar as escolas para que a gente avalie se estão funcionando de fato, sem nenhum registro lá no Conselho”, alertou.

O procedimento poderá, inclusive, ser estendido para escolas de outros bairros de Aracaju, caso haja algum indício de irregularidade quanto aos seus registros. “Quando não há registro, a escola pode até existir de fato, mas isso impede que uma fiscalização vá até ela para ver suas condições. Em uma creche, por exemplo, é verificado se ela tem condições de acolher crianças, além da salubridade do local. Se ela não tem o registro junto ao órgão competente, muitas vezes o órgão nem sabe que essa creche existe. Isso quebra o poder fiscalizador do Poder Público. Daí a necessidade do registro para que a gente possa ter um efetivo controle sobre as instituições”, esclareceu.